

SUSTENTABILIDADE: FATOR PREPONDERANTE NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

KARLA OLIVEIRA LEITE¹
MARY JANE VIEIRA SANTOS²
JOSÉ CLEVERTON DE OLIVEIRA³

RESUMO

Este artigo tem por objetivo identificar a importância e os benefícios da sustentabilidade no desenvolvimento das micro e pequenas empresas, visando à conscientização dos gestores quanto à preservação do meio ambiente, considerando os parâmetros do desenvolvimento sustentável e as responsabilidades sociais, econômicas e ambientais. A sustentabilidade é a contínua realização das necessidades humanas conservando os recursos naturais para as gerações futuras. Igualmente, ressalta-se a necessidade das empresas adotarem a gestão ambiental, principalmente pela manutenção da vida no planeta. Entretanto, o que se observa é a adoção de política de sustentabilidade pelas empresas, visando vencer a competitividade, a confiabilidade dos clientes e ainda o acesso à concessão de benefícios do governo. Para elaboração deste estudo, deu-se ênfase a literatura recente sobre o tema, especificamente oriunda de bancos de dados confiáveis, dentre eles o SCIELO e o LILAES. As informações obtidas foram analisadas com base na revisão teórica adotada e enriquecida pelo método de análise de conteúdo.

PALAVRAS-CHAVE: Micro e Pequenas Empresas. Conscientização. Benefícios Sustentáveis.

ABSTRACT

This article has to objective identify the importance and benefits of sustainability in the development of micro and small enterprises, aiming to raise awareness of managers regarding the preservation of the environment, the parameters of sustainable development and social responsibilities, economic and environmental. Sustainability is the continuous realization of human needs preserving natural resources for future generations. Equally, emphasize companies need's to adopt environmental management, especially the maintenance of life on the planet. However, what we see is the adoption of sustainability policy by businesses, aiming to win the competitiveness, reliability and customer has access to the granting of government benefits. To complete this study, emphasis was placed on the recent literature on the subject, specifically coming from reliable databases, among them SCIELO and LILAES. The data obtained were analyzed based on theoretical review adopted and enriched by the method of content analysis.

KEY WORDS: sustainability, micro and small enterprises; awareness, sustainable benefits.

¹ Graduanda de Administração com ênfase em Recursos Humanos. Estácio-FaSe.

² Graduanda de Administração com ênfase em Recursos Humanos. Estácio-FaSe.

³ Professor Orientador, Graduando em Ciências Contábeis pela UFS e Pós- Graduado em Gestão Empresarial pela UNIT e em Metodologia e Didática do Ensino Superior pela FaSe.

1 INTRODUÇÃO

São muitas as pessoas que pensam que Sustentabilidade tem somente relação com a consciência da preservação do meio ambiente. Porém, este conceito é mais complexo. Segundo o relatório de BRUNDTLAND publicado em 1987 e intitulado como Nosso Futuro Comum, Sustentabilidade é o desenvolvimento sustentável que procura manter a sobrevivência do ser humano e das gerações futuras, e que atinja um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico, fazendo uso dos recursos naturais de forma consciente.

O fator indispensável para estimular a cultura da Sustentabilidade nas empresas é a conscientização dos gestores, que devido à alta competitividade buscam seu espaço no mercado. Estes objetivam resultados financeiros, elevam suas escalas de produção e redução de custos, sendo que estes fatores muitas vezes não são compatíveis com os padrões de desenvolvimento sustentável. Diante disso, as empresas necessitam de reestruturação para se adequarem a essa realidade.

O governo atua de maneira a estimular e beneficiar as MPEs que desenvolvem projetos sustentáveis. Facilitando financiamentos, empréstimos e diminuindo impostos e tributos. Em contra partida fiscaliza a implantação e o desenvolvimento destas.

2 DEGRADAÇÃO HISTÓRICA: HOMEM E O MEIO NATURAL

Desde os primórdios o homem, mantém sua existência buscando satisfazer suas necessidades, ou seja, a sobrevivência diante das dificuldades encontradas. O meio natural é a fonte de recursos para a realização destas necessidades, oferecendo-lhe todos os possíveis meios para sua sobrevivência.

O homem, como ser racional, cria seu próprio meio tendo em vista sua inigualável capacidade de adaptação, no entanto, não é capaz de perceber ainda que essas adaptações e transformações do meio natural, no seu próprio meio, agridem e esgotam esses recursos.

A degradação iniciou-se com a agricultura, quando o homem começou a organizar-se em grupos e percebem que plantando grandes quantidades de

alimentos irão suprir suas necessidades e ainda comercializar, provocando a derrubada de árvores para o plantio. A fauna é afetada da seguinte maneira: morte dos animais, caça para serem comercializados e migração destes para áreas povoadas, comprometendo a segurança dos seus habitantes.

Outra maneira desordenada de agredir o meio natural aconteceu na Inglaterra no século XVIII com a inesquecível Revolução Industrial que se espalhou por todo o planeta. A industrialização trouxe vários problemas ambientais, dentre eles: “Alta concentração populacional, devido à urbanização acelerada; consumo excessivo de recursos naturais, sendo alguns não renováveis (petróleo e carvão mineral, por exemplo); contaminação do ar, do solo, das águas; e desflorestamento.” (Dias, 2006, p.6)

Devido à industrialização e ao capitalismo, a sociedade só se importava com a ascensão da economia. Com o surgimento de inúmeras fábricas, a agressão ao meio ambiente foi aumentando consideravelmente com os restos de resíduos sendo impelidos ao meio ambiente, desconsiderando até mesmo a saúde da população.

Com a evolução e a exploração da natureza pelo homem, durante séculos, o meio natural contesta as degradações, demonstrando a humanidade o esgotamento da flora, da fauna e o colapso do organismo humano com doenças transmitidas por animais e resíduos químicos. “As condições ambientais ruins contribuem para a disseminação de doenças contagiosas, responsáveis por cerca de 20% a 25% de mortes em todo planeta.” (Moura, 2002, p.15)

No século XX, diante dos diversos acidentes ambientais decorrentes da degradação do homem ao meio ambiente, foram realizados alguns encontros e conferências entre os países para discutir o assunto: Meio Ambiente.

Dentre os encontros e conferências destaca-se o de Estocolmo (Suécia), em 1972, que foi baseado nas divergências entre os países desenvolvidos do norte que defendiam a desaceleração do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos pela preservação do meio ambiente. Em contrapartida, os países subdesenvolvidos do sul entenderam que os países desenvolvidos queriam conter o desenvolvimento, ou seja, os países do norte reivindicavam a urgente preservação da natureza e os países do sul defendiam o desenvolvimento acelerado sem maiores preocupações com a preservação do meio ambiente.

No Brasil, realizou-se no Rio de Janeiro em 1992, a conferência das nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento que tornou popular o

conceito de Desenvolvimento Sustentável. O resultado para o país foi a AGENDA 21 que é um conjunto de ações sustentáveis para adotar a despoluição do planeta e a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, promover padrões de consumo e produção que diminuam as pressões ambientais e atendam as necessidades básicas da beneficência; Desenvolver uma melhor compreensão de desperdícios e da forma de se implementar padrões de consumo mais sustentáveis.

A situação ambiental no Brasil é descrita da seguinte forma. Segundo (Moura, 2002, p.28),

“No Brasil, verificamos que a situação ambiental é crítica em alguns setores, com efeitos negativos de âmbito global, ao mesmo tempo em que algumas empresas têm realizado trabalhos de seriedade indiscutível, com melhorias significativas de desempenho ambiental, tanto em processos produtivos, quanto no próprio produto”.

Todavia, apesar da preocupação em torno do meio ambiente, observa-se a cada dia, que o planeta reage negativamente às situações de degradação, forçando explicitamente as autoridades a um planejamento com ações sustentáveis.

2.1 CONSCIENTIZAÇÃO SUSTENTÁVEL: DEVER DA HUMANIDADE

A sustentabilidade pode ser entendida como a contínua realização das necessidades humanas, preservando os recursos naturais, para então garantir um planeta consciente e sustentável para o futuro das novas gerações.

Na década de 90, “houve um grande impulso com relação à consciência ambiental, na maioria dos países aceitando-se pagar um preço pela qualidade de vida e mantendo-se limpo o ambiente.” (Moura, 2002, p.10)

A partir do século XXI, diante de várias catástrofes ambientais nas mais diversas partes do mundo, surgem novas ONGs (organizações não governamentais) em que grupos de pessoas se organizaram para lutar e reivindicar pela preservação do meio ambiente. A sociedade começou a partir da disseminação de informações, a perceber o quanto o meio ambiente foi e continua sendo degradado tanto pelas indústrias quanto pela própria sociedade.

Essa nova realidade implica na necessidade de mudança e atitude por parte das organizações do setor privado e público. Atualmente, a influência das

ONGs tem repercutido mundialmente pela representatividade do povo em conferências, debates e encontros globais, visando às possíveis soluções dos problemas ambientais que acometem o planeta.

Vale ressaltar que a conscientização está baseada na iniciativa cada indivíduo da sociedade, de cada gestor de empresa, com o intuito de encontrar formas de colaborar com a preservação do ambiente, com a sociedade e com o desenvolvimento da economia.

2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS EMPRESAS

As empresas, principalmente as indústrias que, no processo de transformação de matéria-prima em produtos finais, descartam seus resíduos de maneira inconveniente no meio natural, são consideradas em sua maioria, grandes vilãs do meio, entretanto, diante da necessidade urgente da preservação deste, criou-se uma nova nomenclatura conscientizar as empresas, seu desenvolvimento e a conservação do meio ambiente, referendada pelo termo Desenvolvimento Sustentável.

A definição mais elaborada do conceito de desenvolvimento sustentável acontece em 1987 com o relatório de BRUNDTLAND, produzido pela Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e desenvolvimento (CMMAD) e promovido pela organização das Nações Unidas. Então, Desenvolvimento Sustentável passou a ser entendido como: Aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atendendo suas necessidades, ainda enfatizando em seu contexto a preocupação com a equidade social, a economia e o meio ambiente.

Respalhada pela noção de desenvolvimento de maneira sustentável, as empresas procuraram se adequar a essa nova realidade, respeitando as dimensões da sustentabilidade responsável.

Além disso, as empresas, que queiram manter a competitividade em longo prazo, devem responder às expectativas dos cidadãos-consumidores, valorizando o comportamento sustentável, participando de evento sócio - cultural e demonstrar a população que seu processo produtivo respeita as regulamentações previstas em leis, proporcionando condições de trabalho e capacitando seus funcionários para a realidade ambiental. Esses requisitos agregam valor à empresa

e ao seu produto, conquistando a confiabilidade da sociedade e assegurando a competitividade.

A Sustentabilidade Econômica enfatiza que os investimentos, é a melhor forma para a obtenção de resultados, dentre esses parâmetros sustentáveis destaca-se a utilização de novas tecnologias que não agrida o meio ambiente e concomitantemente mantenha a empresa no mercado.

A Sustentabilidade Ambiental defende que as empresas promovam uma produção mais limpa, diminuindo a poluição do ar, das águas, do solo e do planeta.

O autor afirma que, "A intransigência de qualquer das associações levará ao desequilíbrio do sistema e a sua insustentabilidade", (DIAS, 2006, p. 40).

2.3 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (MPES)

Nos dias atuais as MPEs correspondem a 99% das empresas brasileiras, gerando novos empregos, distribuição de renda para população e desenvolvimento da economia do Brasil. No dia 15 de dezembro de 2006, entrou em vigência a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas que, segundo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) assegura o tratamento legal simplificado e favorecido elas.

A harmonia dos pequenos empresários com o SEBRAE abre um leque de benefícios, desde a reforma tributária diferenciada em 2003, redução da informalidade até o desenvolvimento do negócio. É importante salientar que para a Lei Geral da MPEs é considerada micro empresa, a empresa com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 240.000,00 e empresa de pequeno porte, a empresa com receita bruta anual superior a R\$240.000,00 e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00. (SEBRAE, Rio de Janeiro)

Estas empresas movem a economia do país, agregando valor ante o desenvolvimento e a capacidade de manter-se competitiva, gerando empregos e conseqüentemente a diminuição da pobreza com a distribuição de renda.

2.4 GESTÃO AMBIENTAL NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

"Gestão ambiental é a expressão utilizada para se denominar a gestão empresarial que se orienta para evitar, na medida do possível, problemas para o meio ambiente", (DIAS, 2006, p. 89). As empresas têm o objetivo de inserir seus

produtos ou oferecer seus serviços no mercado para atrair clientes e satisfazer as necessidades destes, visando à aceitação de seu produto ou serviço e fecham este ciclo com o lucro, ou seja, o que a empresa obteve de retorno diante do investimento. Essa é a maneira tradicional de gerir uma empresa.

Mas, nos últimos anos como já foi descrito anteriormente, existe uma nova necessidade mundial que é a preservação do meio ambiente. Diante da realidade, as MPEs estão adotando a Gestão Ambiental com a conscientização dos seus gestores e a imposição urgente do mercado sustentável. Esses gestores conseguem visualizar os benefícios decorrentes desse tipo de gestão, dentre eles: aceitação da sociedade, aceitação do produto e/ou serviço, satisfação do cliente, conquistas de novos mercados, facilidades na obtenção de financiamentos, redução de custos, incentivos governamentais.

2.3.1 INTERVENÇÃO DO GOVERNO

Em 1995, foi criado um documento conhecido como Protocolo Verde, firmado entre o governo federal e os bancos brasileiros, oficializando a concessão de créditos e benefícios fiscais para as atividades que não fossem prejudiciais ao meio ambiente.

Os artigos 146, 170, 179 da Constituição Federal de 1988 contêm os marcos legais que fundamentam as medidas e ações legais de apoio às micro e pequenas empresas no Brasil.(SEBRAE, GOIAIS), como seguem:

Artigo 170 insere as MPEs nos princípios gerais da ordem econômica, garantindo tratamento favorecido a essas empresas.

O artigo 179 orienta as administrações públicas a dispensar tratamento jurídico diferenciado ao segmento, visando a incentivá-las pela simplificação ou redução das obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e de crédito por meio de leis.

O artigo 146 contém dois novos dispositivos, aprovados pela Reforma Tributária de 2003, prevendo que uma lei de hierarquia superior, a lei complementar, definirá tratamento

diferenciado e favorecido para as MPEs, incluindo um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos estados e dos municípios, além de um cadastro unificado de identificação.

Com essa política, o governo passou a incentivar e facilitar créditos com diferenças tributárias para as MPEs. Estes incentivos variam de acordo com o segmento das empresas. Contudo, todas essas concessões são fiscalizadas e monitoradas por órgãos competentes e o não cumprimento dos critérios definidos resulta na perda e restrição dos benefícios concedidos. Assim, o governo pode impor o efetivo controle nas questões ambientais favorecendo, desta forma, a manutenção das empresas sustentáveis no mercado.

Estão disponíveis no Planeta Orgânico as 17 leis ambientais do Brasil. Estas leis são fiscalizadas principalmente pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente), e as empresas devem se adequar a elas sem detrimento. Faz se necessário, porém, o comprometimento dos gestores das MPEs diante da situação que lhes favorece, visando o desenvolvimento futuro e sustentável de suas empresas, baseados no respeito à sociedade, a seus clientes, fornecedores, funcionários e evidentemente ao meio ambiente.

2.4 CERTIFICAÇÕES: QUALIDADE NA GESTÃO AMBIENTAL

O mercado de consumidores mais exigentes e bem mais informados sobre a sustentabilidade ambiental cobra das empresas produtos e serviços que garantam qualidade e responsabilidade ambiental. No Brasil existe a representante da ISO que é um organismo certificador internacional. A ABNT (Associação Brasileira de Normas e Técnicas) é uma entidade privada que atua na certificação da conformidade de produtos e serviços. “As normas ISO 14000 são uma família de normas que buscam estabelecer ferramentas e sistemas para a administração ambiental de uma organização”. (Dias, 2006, P.92).

Para as MPEs obterem a certificação, demanda altos custos, o que inviabiliza a aquisição do mesmo. Contudo para a satisfação das destas, o SEBRAE lançou o Bônus Certificação em parceria com o INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial), instrumento que garante a estas empresas o acesso à conformidade dos produtos e/ou serviços, subsidiando até

50% dos custos, de acordo com limites financeiros definidos anualmente. Informa o SEBRAE que a operacionalização desse projeto é feito por intermédio do SEBRAE/UF.

Com a certificação, as MPEs podem se destacar no seu segmento de mercado, garantindo aos clientes a confiabilidade dos seus produtos ou serviços, entre outros benefícios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados obtidos na pesquisa, verifica-se que muitos são os desafios das Micro e Pequenas Empresas para aplicarem o modelo de Desenvolvimento Sustentável, devido a falta de informações sobre o assunto no seu segmento de mercado, falta de conscientização e interesse por parte dos gestores em colaborar com a preservação do meio ambiente, disponibilidade financeira e até mesmo pouca divulgação por parte do governo dos benefícios concedidos as empresas que aplicam esse modelo. Portanto, o passo inicial para que MPEs possuam a mínima possibilidade de aplicá-la, é que os gestores se informem sobre o assunto para poder realizar a implementação destas práticas.

É necessário ressaltar que diante de acontecimentos catastróficos resultado da degradação do meio ambiente, a sociedade consumidora mostra-se interessada na preservação deste, adquirindo produtos e serviços que se adéquem a política sustentável.

O SEBRAE tem papel importante para as MPEs oferecendo programas que facilitam a implementação do desenvolvimento baseados na preservação do meio ambiente e até mesmo para a obtenção de certificações de qualidade e preservação.

Nesse contexto conclui-se que é necessário identificar quais práticas estão sendo executadas nas empresas e suas dificuldades para diminuir o impacto ambiental. Mesmo diante das limitações, observa-se que as MPEs estão mais conscientes de suas responsabilidades com o meio ambiente, sociedade e economia.

REFERÊNCIAS

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social E Sustentabilidade**. São Paulo: Atlas S.A,2006.

MOURA, Luiz Antônio. **Qualidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Juarez de oliveira LTDA, 2002.

MEIO AMBIENTE. AS 17LEIS AMBIENTAIS DO BRASIL. **Planeta Orgânico**, 2011. Disponível em:<WWW.planetaorganico.com.br> Acesso em: 09/04/2011.

RUMO À LEI GERAL DA PEQUENA EMPRESA. SEBRAE 2011. Disponível em: <WWW.sebrae.com.br>. Acesso em: 12/04/2011.

CRITÉRIOS E CONCEITOS PARA A CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS. SEBRAE 2010. Disponível em: <WWW.sebrae.com.br>. Acesso em: 10/04/2011.

CERTIFICAÇÃO. ABNT.2004.disponível em : <WWW.abnt.org.br>. Acesso em: 13/04/2011.